

## Apresentação

**DOI: 10.5965/1984723816312015004**  
<http://dx.doi.org/10.5965/1984723816312015004>

Geovana Mendonça Lunardi Mendes  
Márcia Denise Pletsch

(...) fala-se mais e mais de inclusão, sem pensar que não se trata de incluir, trata-se sim de conhecer as diversas possibilidades para o desenvolvimento humano e de estar aberta a elas numa relação dialógica genuína. (PRESTES, 2010, p. 191)

Nos últimos anos, temos avançado enormemente na implementação de políticas públicas que garantam a escolarização de pessoas com deficiências e outras condições atípicas do desenvolvimento, sobretudo, com a ampliação das chamadas políticas de educação inclusiva fundamentada em princípios da diversidade humana e da equidade de oportunidades. Nessa perspectiva, algumas questões são prementes e merecem aprofundamentos: como as redes de ensino têm articulado as diretrizes da educação inclusiva com as suas propostas educacionais federais? Que suportes educativos vêm sendo propostas para garantir a inclusão dos alunos público-alvo da Educação Especial? Como essa proposta tem impactado as políticas de currículo? Que práticas curriculares têm sido desenvolvidas nas escolas públicas? Que recursos pedagógicos são necessários para o ensino de alunos com deficiências? As políticas de inclusão escolar garantem inclusão social? Qual é o papel da Educação Especial enquanto área do conhecimento frente a essas propostas políticas? O que dizem as pesquisas científicas sobre a implementação dessas políticas? Como esses alunos vêm participando das avaliações formais realizadas na escola?

Tomando essas questões como premissa, este Dossiê apresenta reflexões sobre questões que são urgentes no campo da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para garantir a escolarização dos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. Para tal, apresenta pesquisas desenvolvidas em diferentes estados do Brasil, as quais contribuem para a produção do conhecimento na área, assim como trazem reflexões sobre possibilidades, perspectivas e desafios a serem enfrentados pelas políticas educacionais no que diz respeito à garantia dos direitos de escolarização dessas pessoas. Igualmente, possibilitam discutir as práticas curriculares para atender a diversidade presente na escola contemporânea e os processos de ensino e aprendizagem dirigidos para esse alunado.

Nesse sentido, o primeiro artigo intitulado “Condiciones y premisas para hacer realidad una utopia”, de autoria de Guillermo Arias Beatón, da Universidade de Havana/Cuba, discute dimensões que envolvem a escolarização e o desenvolvimento de pessoas com deficiências. Destaca as condições sociais, culturais e políticas que determinam as possibilidades de aprendizagem ou não das pessoas com deficiências. Nesse sentido, o autor entende que, apesar dos avanços legais, sem rever as condições de aprendizagem na escola não teremos avanços na garantia da escolarização de pessoas com deficiências.

O segundo artigo intitulado “Formação profissional e mercado de trabalho: entre expectativas e realidade!”, de autoria de Annie Gomes Redig e Amanda Carlou, aborda um tema ainda pouco investigado no contexto brasileiro. As autoras abordam a formação profissional e a inserção no mercado de trabalho de pessoas com deficiências e necessidades específicas a partir de duas pesquisas realizadas no estado do Rio de Janeiro. Temas como a customização de atividades laborais, o papel da instituição especializada como promotora da formação inicial e continuada para o mercado de trabalho, assim como a importância do gestor educacional se fazem presentes nas discussões do artigo.

Dando continuidade ao aprofundamento das temáticas que ajudam a compreender o processo de escolarização, o Dossiê traz o artigo “Tensões entre conhecimentos comuns e específicos no processo de escolarização de alunos com

deficiência no contexto da inclusão escolar”, de autoria de Denise Meyrelles de Jesus, Alexandro Braga Vieira e Ariadna Pereira Siqueira Effgen, que problematiza a partir de uma investigação com professores, alguns desafios presentes no oferecimento de atividades complementares ao processo de escolarização de estudantes com deficiências incluídos na rede regular de ensino a partir do currículo escolar. Nesse sentido, a pesquisa evidencia as tensões presentes nas práticas curriculares destinadas aos educandos com deficiência, assim como as concepções negativas sobre as possibilidades de aprendizagem dos mesmos. Outro aspecto presente nos discursos analisados é o papel dos diagnósticos clínicos, ainda fortemente presente nas práticas realizadas nas escolas, os quais têm impactado na trajetória escolar e também de vida de muitos desses sujeitos.

O tema das práticas educacionais e o impacto sofrido pelas mesmas a partir da implementação das políticas públicas de inclusão escolar também é abordado no quarto artigo “Contexto de inclusão escolar para a infância no Rio de Janeiro: tensões entre a produção de políticas e práticas”, de autoria de Maciel Cristiano da Silva e Vera Maria Ramos de Vasconcellos. Para fundamentar suas discussões, os autores tomam como base o estudo de caso da família de um menino de oito anos de idade em busca de uma escola inclusiva. Também foram analisados documentos em diálogo com dados de pesquisas envolvendo o tema. Os dados levantados possibilitaram aos autores concluir que, as trajetórias e as experiências da criança e da família foram repletas de obstáculos e inseguranças frente às expectativas negativas vivenciadas sobre a escolarização e o desenvolvimento do menino.

Dando prosseguimento, o quinto artigo “Sala de atividade e atendimento educacional especial na educação infantil: as práticas curriculares em interlocuções com a abordagem histórico-cultural”, de autoria de Larissy Alvez Cotonhoto e Sonia Lopes Victor, discute as práticas curriculares desenvolvidas em uma sala de recursos multifuncionais em interface com as práticas pedagógicas realizadas nas salas de Educação Infantil. A partir da metodologia pesquisa-ação, as autoras analisam os dados da pesquisa na perspectiva histórico-cultural evidenciando a falta de flexibilidade curricular, assim como o desenvolvimento de práticas pedagógicas fragmentadas e descontextualizadas das demandas dos sujeitos escolares.

O último artigo, “O discurso das políticas de Educação Especial na Revista Nova Escola”, de autoria de Michelle Mayara Praxedes Silva e Silvia Marcia Ferreira Meletti analisa como as publicações da Revista Nova Escola (edições de 1997 a 2012) disseminam as políticas de Educação Especial e inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais. Os resultados da investigação mostram as mesmas lacunas encontradas na implementação das políticas de educação inclusiva nas reportagens da Revista. Em outras palavras, a análise mostra que as reportagens acabam focando a interação social em detrimento da aprendizagem das pessoas com deficiência. Outro aspecto evidenciado no estudo mostra a inclusão como um benefício e não como um direito das pessoas público-alvo da Educação Especial.

Esperamos que os textos apresentados neste dossiê possam contribuir não apenas com a produção de conhecimento no campo da Educação, mas que possibilitem reflexões sobre a escolarização, suas múltiplas possibilidades, desafios e perspectivas vivenciadas pelas pessoas com deficiências e pelos demais grupos sociais que formam a diversidade presente na escola contemporânea.

## Bibliografia

PRESTES, Zoia. **Quando não é quase a mesma coisa: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil – repercussões no campo educacional.** 294f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2010.